

A representação da Cruzada
e das Ordens Militares na
produção historiográfica
Alcobacense do século XVII

The representation of the
Crusade and the Military
Orders in the historiographical
production of Alcobaca
monastery in the 17th century

La representación de la
Cruzada y de las Órdenes
Militares en la producción
historiográfica del monasterio
de Alcobaca del siglo XVII

Joana Lencart¹



Resumo: A *Monarchia Lusytana*, redigida por monges de Alcobaça entre 1597 e 1729 é uma obra assumidamente de caráter religioso, adotando uma natureza cronística ao relatar a história do reino de Portugal desde a formação do Condado Portucalense até ao início do reinado de D. João I. Estando a desenvolver investigação no âmbito da historiografia das Ordens Militares, pareceu-nos oportuno aprofundar a temática das Cruzadas e das Ordens Militares na *Monarchia Lusytana*, obra saída do *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça, com uma longa tradição de produção documental e codicológica. O objetivo deste trabalho é aferir de que modo as Ordens Militares e a Cruzada são abordadas e qual o seu impacto na história de Portugal. **Palavras-chave:** Cruzada; Ordens Militares; Portugal; Historiografia Alcobacense.

Abstract: The *Monarchia Lusytana*, written by the monks of Alcobaça between 1597 and 1729, is an assumedly religious work that adopts a chronistic nature by recounting the history of the kingdom of Portugal from the formation of the *Condado Portucalense* to the beginning of the reign of King João I. As I am developing research in the field of the historiography of the Military Orders, it seemed appropriate to delve into the theme of the Crusades and the Military Orders in the *Monarchia Lusytana*, a work from the *scriptorium* of the monastery of Alcobaça, with a long tradition of documentary and codicological production. The aim of this work is to ascertain how the Military Orders and the Crusade are approached and what impact they had on the history of Portugal. **Keywords:** Crusade; Military Orders; Portugal; Historiography from Alcobaça.



Introdução

Tendo trabalhado sobre a produção historiográfica da Ordem de Cristo no século XVI, parece-nos de todo oportuno uma reflexão sobre a produção historiográfica de Alcobaça/Cister no que diz respeito à temática das Cruzadas e Ordens Militares. Para tal, este trabalho terá como principal fonte documental a *Monarchia Lusytana*, redigida entre 1597 e 1729. Obra assumidamente de caráter religioso, adota uma natureza cronística ao relatar a história de Portugal desde a formação do Condado Portucalense até ao início do reinado de D. João I (c. 1385).

A nossa exposição será desenvolvida em duas partes. Na primeira faremos uma breve apresentação do *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça. Seguidamente, atentaremos na obra *Monarchia Lusytana* e a sua relação com a temática das Ordens Militares e da Cruzada.

A tradição do *scriptorium* de Alcobaça

D. Afonso Henriques, a 8 de abril de 1153, doou e coutou aos monges de Cister um vasto território, situado entre os castelos de Leiria e Óbidos, com a obrigação expressa de procederem ao seu povoamento. Logo começaram a edificar a chamada Abadia Velha. Uns anos mais tarde, em 1178, teve início a construção do mosteiro que substituiu o antigo edifício de madeira e a que chamaram Abadia Nova. Esta nova construção era concebida e dirigida por monges-arquitetos, instruídos nas exigências da espiritualidade Cisterciense e provenientes da abadia mãe, no caso Claraval.

Lembre-se aqui que os Cistercienses eram uma ordem religiosa monástica de raiz beneditina, que se havia separado de Cluny, no início do século XII, numa preocupação de retomar a observância original beneditina, promovendo o ascetismo e o rigor litúrgico. Fundada na abadia de Cister, foi graças ao abade Bernardo de Claraval, ou S. Bernardo, que se impulsionou a reforma Cisterciense. A par de ser abade reformador de Cister, S. Bernardo foi também o autor do *De Laude Novae Militiae*, considerado o texto fundador da Ordem dos Templários, onde se cristaliza o conceito do monge guerreiro.

Ao longo do período medieval, o mosteiro de Alcobaça foi crescendo em privilégios e doações, dilatando o seu vasto e rico património. O mosteiro serviu de panteão régio a D. Afonso III e à sua mulher D. Beatriz e a D. Pedro e D. Inês de Castro, entre outros membros da família real. José Marques redigiu um



esclarecedor texto sobre Alcobaça e a monarquia, onde examina as relações dos monarcas com o convento, desde D. Afonso Henriques até à extinção das Ordens Religiosas (1834), registrando não apenas as doações e privilégios concedidos à abadia, mas também assinalando as deslocações régias ao mosteiro (MARQUES, 2006), que sistematizamos na tabela seguinte:

Tabela 1 - O mosteiro de Alcobaça e a monarquia até 1656

Monarca	Deslocações	Privilégios	Sepultado
D. Afonso Henriques		X	
D. Sancho I		X	
D. Afonso II		X	[intenção]
D. Sancho II		X	[intenção]
D. Afonso III	X?	X	X
D. Dinis	X?	X	
D. Afonso IV		X	
D. Pedro	X	X	X
D. Fernando	X	X	
D. João I	X	X	
D. Duarte	X	X	
D. Pedro (regente)	X		
D. Afonso V	X?	X	
D. João II	X	X	
D. Manuel	X?	X	
D. João III	X?	X	
D. Sebastião	X	X	
D. João IV		X	

Fonte: Marques, 2006.

No que diz respeito à abadia de Alcobaça e ao seu *scriptorium* são sumamente conhecidos os trabalhos de Aires Nascimento, Adelaide Miranda, Manuel Pedro Ferreira, entre outros (ver BARREIRA, 2017: 33-34).

A palavra *scriptorium*, enquanto “lugar onde se fazem livros” e “lugar onde se redigem escrituras”, tem origem medieval, mais concretamente no século X. Mais tarde, passa a designar uma dependência monástica destinada para o efeito. Além de ser um lugar de trabalho, era também um local que exigia um ambiente de silêncio para que a atividade intelectual se realizasse nas melhores condições (NASCIMENTO, 2018: 23-24). Em certos mosteiros existia o chamado *scriptorium* individual, na cela do monge para “ler, escrever, compor,



meditar rezar e adorar o Senhor” (NASCIMENTO, 2018: 50). Nas grandes abadias, existia o *scriptorium* coletivo, numa sala ampla, que acumulava as funções de biblioteca; noutras, as próprias reentrâncias das janelas serviam de lugar de trabalho; noutras ainda, o trabalho de escrita e cópia fazia-se numa sala comum dos monges (NASCIMENTO, 2018: 49-51). De uma maneira geral, o *scriptorium* exigia encargos, tanto mais elevados quanto maior a complexidade da produção manuscrita.

A produção documental no *scriptorium* de Alcobaça iniciou-se com a edificação do novo mosteiro. Por determinação estatutária, nenhuma nova fundação podia ser feita sem lhe serem garantidos os livros necessários por parte da abadia mãe. Como veremos, o *scriptorium* de Alcobaça adquiriu uma identidade própria. A sua localização, bem como da livraria, ou biblioteca do convento, foi sendo definida conforme as necessidades ao longo da história da abadia.

O *scriptorium* era, como dissemos, o local onde se produziam os códices. Na biblioteca, ou livraria, e na sacristia guardavam-se os livros. Os livros guardados na livraria (e sacristia) eram, inicialmente, em número pouco superior aos produzidos pelo *scriptorium* de Alcobaça. A chamada “livraria de mão” era constituída pelos livros manuscritos. A partir do século XVI, e mormente após a invenção da imprensa, os livros existentes dilataram em muito o acervo da biblioteca do mosteiro.

A produção de manuscritos, nomeadamente dos primeiros iluminados, teve início ainda em finais do século XII (NASCIMENTO, 2012: 292). O período de maior produção foi o dos dois primeiros séculos após a fundação, registando-se um decréscimo no século XIV (NASCIMENTO, 2018: 165). Frei João Claro, prior do mosteiro entre 1492 e 1495, em carta dirigida a D. Manuel em finais do século XVI, dá conta de cerca de 300 códices existentes na livraria, número que ainda hoje se podem identificar como anteriores a 1500 (NASCIMENTO, 2018: 162). O *Index Codicum*, produzido em 1775, enumerou 476 exemplares na livraria de mão. Entre 1755 e 1834 entraram na biblioteca manuscrita mais sete manuscritos, perfazendo 483 (NASCIMENTO, 2018: 284). Atualmente, conhecem-se 464 códices pertencentes ao Fundo de Alcobaça depositado na Biblioteca Nacional (NASCIMENTO, 2018: 193).



Tabela 2 - Distribuição dos Códices Alcobacenses por centúrias, conforme a produção

Produção de códices Alcobacenses	
Século	Nº de Códices
XII	38
XIII	c. 150
XIV	c. 14
XV	c. 100
XVI	c. 60
XVII	c. 40
XVIII	c. 90

Fonte: Nascimento, 2018: 163.

Nem todos os códices alcobacenses chegaram até nós. Muitos códices medievais foram desmembrados, outros acrescentados em centúrias posteriores e outros ainda reutilizados em encadernações posteriores. Muitos outros se perderam e extraviaram. Há ainda códices da biblioteca de Alcobaça que não foram produzidos no *scriptorium* da abadia, foram antes comprados e copiados noutras instituições, dentro e fora do reino (NASCIMENTO, 2018: 160-163).

Segundo o catálogo produzido pelo bibliotecário de Alcobaça, em 1819, havia na livraria do mosteiro 15 052 obras. O inventário de 1834, produzido por ocasião da extinção das Ordens Religiosas, registava 16 358 obras (NASCIMENTO, 2018: 166). No fundo Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional encontram-se inúmeras relações de livros dos extintos conventos, nomeadamente, os do mosteiro de Alcobaça².

Atentemos agora na relação entre Alcobaça e as Ordens Militares portuguesas.

A regra beneditina e a Ordem de Cister estão ligadas às Ordens Militares portuguesas de cariz Cisterciense. São a Ordem de Avis e a Ordem de Cristo, esta última herdeira da Ordem dos Templários no nosso território. O abade de Alcobaça era o visitador da Ordem de Cristo e presidia aos capítulos gerais reunidos para eleger novo Mestre. Saliente-se que o sistema disciplinar cisterciense adquiriu atenuantes entre os membros das Ordens Militares, ao longo da época medieval. Por exemplo, a observância dos três votos não era especialmente seguida, assim como também o não era o estrito cumprimento do ofício divino e da liturgia das horas, bem como havia relaxamento relativo à disciplina alimentar e ao jejum e à prática sacramental (AYALA-MARTINEZ, 2012: 83).

No que diz respeito às ordens religiosas e militares portuguesas, a transição



do período medieval para a época moderna fez-se, em muitos casos, debaixo do signo dos abades comendatários. Frequentemente, um indivíduo externo a essas instituições, e com origem no clero secular ou mesmo um leigo, assumia a gestão patrimonial de uma casa monástica gozando do seu direito de usufruto. As consequências foram, na grande maioria das situações, um depauperamento dos conventos e um relaxamento na disciplina monástica acelerando a decadência de algumas dessas instituições. Não obstante, em 1519, o infante D. Afonso, filho de D. Manuel, recebeu o abaciado de Alcobça. Importou-se com a reforma espiritual dos monges, promovendo o estudo da teologia e a formação dos professos (GOMES, 2006: 385). Enquanto abade de Alcobça assistia-lhe a visitação do convento de Cristo, em Tomar. A reforma dos religiosos de Tomar começou em 1529, com o prior Frei António de Lisboa, frade jerónimo, nomeado por D. João III para o efeito e com a concordância do abade de Alcobça, irmão do rei.

Em dezembro de 1563, são aprovados no Concílio de Trento 22 capítulos com prescrições relativas à observância e vida das ordens regulares (GOMES, 2006: 403). Na sequência dessas disposições conciliares, em meados do século XVI, mais concretamente a 26 de outubro de 1567, foi criada a Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobça, que marcou a institucionalização da sua autonomia jurídico-canónica em relação à casa mãe de Cister (GOMES, 2006: 375-376) e que vigorou até à extinção das ordens religiosas, em 1834. Alguns dos autores da *Monarchia Lusytana* foram investidos em vários cargos da Congregação, como veremos mais à frente.

O período que sucedeu à restauração da independência (1640-1660) caracterizou-se por uma intensa vida intelectual e artística, no convento. Para tal contribuíra, sem dúvida, a imprensa que os Cistercienses usaram de modo bastante profícuo, desde meados do século XVI, sobretudo no domínio da liturgia e da espiritualidade. Lembre-se que a 10 de janeiro de 1597 se concluíra, no mosteiro de Alcobça, a impressão da primeira parte da *Monarchia Lusytana*, composta pelo cronista-geral da Ordem, Frei Bernardo de Brito (GOMES, 2006: 423-424).

Monarchia Lusytana

Os autores e a obra

A *Monarchia Lusytana* é uma obra magna da historiografia portuguesa, redigida por cinco autores, quase todos monges de Alcobça: Bernardo de Brito, António



Brandão, Francisco Brandão, Rafael de Jesus e Manuel dos Santos. É composta por oito partes, publicadas entre 1597 e 1729. Em finais do século passado, entre 1973 e 1988, a Imprensa Nacional procedeu a uma reedição fac-simile da obra, permitindo que a obra ficasse disponível ao grande público. Esta reedição não se limitou a reproduzir a publicação original, dotou-a de introdução e comentários, tendo também em conta certas anotações existentes nos manuscritos que deram origem à obra. Para gáudio de historiadores e investigadores, alguns destes manuscritos ainda hoje se conservam, nomeadamente cinco na Biblioteca Nacional e dois no Arquivo da Torre do Tombo. Os manuscritos da Biblioteca Nacional integram o Fundo de Alcobaça e os da Torre do Tombo, a coleção *Manuscritos da Livraria*. Relativamente à primeira parte da *Monarchia Lusytana*, conservam-se dois manuscritos na Biblioteca Nacional: o BNP, ALC. 224, autógrafo de Frei Bernardo de Brito, redigido em 1595 e que contém os livros 1 a 4; e o BNP, ALC. 227, também autógrafo do mesmo autor, redigido em 1592 e que contém os apêndices. Da segunda parte conserva-se o manuscrito BNP, ALC. 225, autógrafo de Frei Bernardo de Brito, redigido em 1607 e que contém os livros 5 a 7. Da terceira parte preserva-se o BNP, ALC. 226, autógrafo do mesmo Frei Bernardo de Brito com anotações marginais de Frei António Brandão e redigido em 1597. Sobre este manuscrito reporta-se Frei António Brandão na edição impressa da *Monarchia Lusytana*. Diz assim:

Tambem cuidar de me aproveitar de hum livro escrito do Doutor Fr. Bernardo de Brito chronista mor que foy deste reyno intitulado Terceira Parte da Monarchia Lusitana, mas não achei cousa que me servisse, porque fora do que dizem as Chronicas de mão tem pouco mais. [...] A historia da terceira parte da Monarchia, que o Doutor Fr. Bernardo deixou imperfeita foi a primeira cousa que elle fez sendo ainda muito moço (como elle proprio diz nella) antes de ver os cartorios e ter a noticia que depois alcansou em o discurso de sua vida (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, prólogo [p. 5]).

O manuscrito da sétima parte conserva-se no arquivo nacional com a cota ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 1223, estando descrito como sendo um original da autoria de Rafael de Jesus e redigido no século XVII. Da oitava parte conservam-se dois manuscritos: o BNP, ALC. 302, autógrafo de Frei Manuel dos Santos, na sua maior parte com emendas, supressões e acrescentos do autor; e o ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 551 como sendo da autoria de Frei Rafael



de Jesus, e do século XVII. Só uma análise aprofundada permitirá uma edição comparada dos textos manuscritos e das edições impressas o que não será aqui possível, pois o que nos propomos tratar é as referências às Ordens Militares e à Cruzada na *Monarchia Lusytana*.

Como afirma Saul Gomes, o “esforço historiográfico” da *Monarchia Lusytana* deixa transparecer o contributo cisterciense das “suas fontes endógenas mais remotas postas ao serviço do conhecimento do passado” (GOMES, 2006: 378).

Importa destacar aqui o momento do início da redação da obra – 1597 – que coincide com um momento particular da história de Portugal: o período da união ibérica estando Portugal governado por uma nova dinastia – Habsburgo – e particularmente pelos reis castelhanos que, num primeiro momento, foram atentos às solicitações dos portugueses. Frei Bernardo de Brito, não querendo afrontar a coroa castelhana, promove o patriotismo português. Quando Frei António Brandão redige as terceira e quarta parte da obra – publicadas em 1632 – a união ibérica acusava sinais de profundo descontentamento no reino português, procurando-se a restauração da independência. Este descontentamento poderá explicar relatos como o “milagre de Ourique” que visavam promover a autonomia portuguesa, num momento de definição das fronteiras do reino – domínio muçulmano – e com paralelo à situação da década de 1630 – domínio castelhano -, buscando assim uma nova independência. As quinta e sexta partes, de Frei Francisco Brandão, correspondentes ao reinado de D. Dinis, e redigidas já na segunda metade do século XVII, ilustram uma nova maneira de relatar a história promovendo o conhecimento assente em documentos históricos, reflexo do saber iluminista.

Na tabela que se segue apresentamos sucintamente o esquema da obra:

Tabela 3 - Estrutura da obra *Monarchia Lusytana*

Estrutura da obra <i>Monarchia Lusytana</i>			
Parte	Data	Autor	Conteúdo
Primeira Parte	1597	Fr. Bernardo de Brito	Desde a criação do mundo ao nascimento de Cristo.
Segunda Parte	1609	Fr. Bernardo de Brito	Desde o nascimento de Cristo até à doação do Condado Portucalense.
Terceira Parte	1632	Fr. António Brandão	Desde o Conde D. Henrique até ao final do reinado de D. Afonso Henrique.
Quarta Parte	1632	Fr. António Brandão	Reinados de D. Sancho I até final do reinado de D. Afonso III.



Estrutura da obra <i>Monarchia Lusytana</i>			
Parte	Data	Autor	Conteúdo
Quinta Parte	1650	Fr. Francisco Brandão	Reinado de D. Dinis (primeiros 23 anos).
Sexta Parte	1672	Fr. Francisco Brandão	Reinado de D. Dinis (últimos 23 anos).
Sétima Parte	1683	Fr. Rafael de Jesus	Reinado de D. Afonso IV.
Oitava Parte	1729	Fr. Manuel dos Santos	Do reinado de D. Fernando ao de D. João I.

Fonte: *Monarchia Lusytana*, 1597-1729.

Frei Bernardo de Brito foi monge de Cister, cronista-mor do reino e cronista geral da Ordem de Cister, tendo morrido em 1617. Primeiro autor de *Monarchia Lusytana*, cujo primeiro tomo foi publicado em Alcobça, em 1597, publicou muitas outras obras (*Summario*, 1786: 275). A pesquisa documental para a redação da obra foi feita, naturalmente, na biblioteca do convento de Alcobça. E pelos apontamentos marginais que deixou na sua obra manuscrita, temos conhecimento que havia já manuscritos desaparecidos da dita biblioteca (NASCIMENTO, 1979: 284-285).

Frei Bernardo de Brito, chamado no “seculo” Baltasar de Brito de Andrade nasceu na vila de Almeida em 1568 ou 1569. Filho do capitão Pedro Cardoso de Andrade e Maria de Brito de Andrade, estudou em Roma, entrando para o noviciado cisterciense no mosteiro de Alcobça em 1585. Recebeu as insígnias de doutor em Teologia, em Coimbra, em 1606. Aplicou-se a escrever a História geral do reino e publicou o primeiro tomo da *Monarchia Lusytana* aos 27 anos (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 1, p. 524). Nomeado cronista da Congregação de Cister, escreveu a Crónica de Cister. Vagando o cargo de cronista-mor do reino por morte de Francisco de Andrade, foi nomeado seu sucessor em 1614 (REGO, 1973a: XV). Morreu com 47 anos, em 1617. Sepultado no convento de Santa Maria de Aguiar, perto de Almeida, o seu corpo foi mais tarde transferido para o mosteiro de Alcobça. Autor de inúmeras obras e, nas palavras do autor da *Bibliotheca Lusitana* “excedeo o numero das suas obras ao dos seus anos” (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 1, p. 525). Além da primeira e segunda partes da *Monarchia Lusytana*, escreveu outras obras, como *Elogios dos Reys de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se poderão achar* (1603), *Primeira Parte da Chronica de Cister* (1612), *Reppublica antigua da Lusitania* (1596), e ainda iniciou a Crónica de D. Sebastião (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 1, p. 526-528; *Dicionário*, vol. 1, p. 321-322).



Diogo Paiva de Andrade, filho do cronista-mor Francisco de Andrade, sentindo-se frustrado por não suceder ao pai no dito ofício, moveu contra Frei Bernardo de Brito o processo que ficou conhecido por “suspeita anti-Brito”, iniciado em 1616, publicando rigorosa crítica às duas partes da *Monarchia Lusytana*, acusando Frei Bernardo de Brito, entre outras coisas, de forjar documentos e autores (REGO, 1973a: XXV-XXVII). A Diogo Paiva de Andrade se juntaram Frei Fortunato de S. Boaventura e D. João Soares, que redigiu uns versos desconsiderando o cronista⁵. Outros houve que saíram em sua defesa, como o seu sobrinho Frei Bernardino da Silva e Francisco Rodrigues Lobo (REGO, 1973a: XXVI e XXX).

Segundo José Pereira Tavares, Frei Bernardo de Brito era a antítese do historiador, escrevendo sem imparcialidade e que “por patriotismo aceita como seguras fontes históricas todas as lendas e tradições; se serve de quaisquer documentos sem curar de sua autenticidade e dá crédito a todos os autores” (TAVARES, 1940: 7-8). Sublinhe-se que a parte escrita por este monge de Cister foi a que começa na criação do mundo até à fundação do Condado Portucalense. Na realidade, o método adotado por Frei Bernardo de Brito prejudicou seriamente a qualidade dos estudos históricos em Portugal (*Dicionário*, vol. 1, p. 322), pois em vez de adotar um método crítico e baseado no conhecimento científico optou por uma redação pautada pela cronística religiosa. Não obstante escrever em contexto de união ibérica (1580-1640), Frei Bernardo de Brito faz valer o seu patriotismo. O mesmo se pode dizer do seu sucessor, Frei António Brandão.

Frei António Brandão nasceu em Alcobça em 1584. Batizado Marcos, por ter nascido no dia consagrado ao Evangelista, adotou o nome de António ao ingressar no mosteiro. Foi Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, em 1619, e Geral da Congregação Cisterciense em 1636. Sucedeu a Manuel de Meneses enquanto cronista mor do reino, em 1629, e morreu em 1637 (*Dicionário*, vol. 1, p. 336; REGO, 1973b). Revolveu durante “perto de dez anos” (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, prólogo [p. 1]) os cartórios de mosteiros, igrejas, cidades, vilas e o arquivo da Torre do Tombo para poder dar continuidade à empresa de Frei Bernardo de Brito na redação da *Monarchia Lusytana* (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 1, p. 223-224). Logo no prólogo, Frei António Brandão expressa o principal requisito da história: a verdade, sendo partidário do princípio que sem documentos não há história (REGO, 1973b: XVIII). Nas suas palavras “a verdade he alma da historia [...] e com ella fica izenta de toda a calumnia” (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, prólogo [p. 1]). Não obstante, o sobrenatural emerge numerosas vezes nas suas narrativas.



Por exemplo, nas vésperas da conquista de Santarém em que S. Bernardo aparece a D. Afonso Henriques “ e o certificou do bom sucesso” (REGO, 1973b: XXII); ou os indícios de santidade de D. Afonso Henriques (REGO, 1973b: XXX).

Frei António Brandão, enquanto sucessor de Frei Bernardo de Brito, demonstrou um pouco mais de espírito crítico que este, não obstante recorrer ao maravilhoso, nomeadamente a milagres, em certas partes do texto (TAVARES, 1940: 8). Uma vez mais, o patriotismo emerge também dos seus relatos, ainda que de forma velada, pois escreve durante a união das Coroas portuguesa e espanhola, se bem que num momento em que já se faziam sentir reações adversas a essa união.

Na redação da *Monarchia Lusytana* seguiu-lhe Frei Francisco Brandão. Este autor nasceu na vila de Alcobça, em novembro de 1601, e recebeu o hábito no mosteiro em 1619. Foi doutor em Teologia (1636) pela Universidade de Coimbra e substituiu o seu tio Frei António Brandão no cargo de cronista geral da Ordem, após a morte deste em 1637, e, mais tarde, foi cronista-mor do reino, por carta de 1644. Foi nomeado examinador das Três Ordens Militares em fevereiro de 1641, investido no cargo de censor régio e distinguido com a dignidade de qualificador do Santo Ofício em 1642, entre muitos outros cargos (REGO, 1976: XII-XIII). Enquanto cronista tinha a preocupação de basear os factos narrados em documentos. A sua modernidade constata-se pela preocupação com temas de interesse social e económico, prestando ainda especial cuidado à cronologia, alertando para a questão da datação das escrituras medievais através do X aspado⁴ (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, prólogo [p. 3]). Por outro lado, e sendo religioso, admite o milagre quando verifica haver testemunhos a seu favor (REGO, 1976: XVI-XX). Entre outras obras, redigiu as quinta e sexta partes da *Monarchia Lusytana*. Morreu em Lisboa em 1680 (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 2, p. 122-123; *Dicionário*, vol. 1, p. 417). Reafirma o seu patriotismo, tal como Frei Bernardo de Brito e Frei António Brandão. Apesar da restauração da independência ter sido alcançada em 1640, o reconhecimento de Castela estava ainda longe de acontecer (1668), o que leva Frei Francisco Brandão a insistir na questão dos direitos portugueses quando contestados por Castela (REGO, 1976: XX).

Frei Rafael de Jesus nasceu em Guimarães em 1614. Foi o único autor da *Monarchia Lusytana* fora de Alcobça. Recebeu a cogula no mosteiro de S. Bento da Vitória do Porto em 1629. Desempenhou vários cargos na Congregação Beneditina e foi nomeado cronista mor do reino em 1661. Foi autor da sétima parte da *Monarchia Lusytana*. Segundo Diogo Barbosa de Machado, redigiu



também a oitava e nona partes da *Monarchia Lusytana*, mas ambos os tomos se conservavam em poder de Frei Marceliano da Ascensão, monge beneditino e cronista da Ordem (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 3, p. 632-633). O *Dicionário cronológico de autores portugueses* nada refere quanto a esta última afirmação, antes atribui a autoria das ditas oitava e nona partes a Frei Manuel dos Santos, seu continuador na obra (*Dicionário*, vol. 1, p. 473). Segundo o *Dicionário de autores portugueses*, apenas se lhe atribui a autoria da sétima parte (*Dicionário*, vol. 1, p. 431).

Frei Manuel dos Santos nasceu em Cantanhede em 1672, recebendo a cogula no mosteiro de Alcobça em março de 1686. Eleito cronista da Congregação em 1710, foi depois cronista-mor do reino por nomeação de D. João V, em 1726. Entre outras obras, redigiu a oitava parte da *Monarchia Lusytana* (*Bibliotheca Lusitana*, tomo 3, p. 365-367). Segundo o *Dicionário de autores portugueses*, além da oitava parte, contribuiu também com a nona e décima partes, mas permaneceram manuscritas (*Dicionário*, vol. 1, p. 473).

A *Monarchia Lusytana* é uma obra em oito volumes, ou partes como se intitula, que conta a história de Portugal até ao reinado de D. João I. Na primeira parte, o autor propõe-se contar a história de Portugal desde a criação do mundo até ao nascimento de Cristo. Na segunda, relata a história do nosso território desde o nascimento de Cristo até à doação do Condado Portucalense ao conde D. Henrique. A terceira parte engloba a narrativa desde a governação de D. Henrique até ao final do reinado de D. Afonso Henriques, seu filho. A quarta parte abarca os reinados de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III. A quinta e sexta partes contam o longo reinado de D. Dinis. Na sétima parte é relatado o reinado de D. Afonso IV. A oitava e última parte contém, como indicado no próprio título “*a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa*”. É interessante verificar que no final desta parte, o autor afirma que tratará do reinado de D. João I na nona parte (*Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, 1988: 785) – as guerras, o casamento, os filhos, as conquistas em África e a sua morte – mas, infelizmente, o texto não chegou até nós.

A presença das Ordens Militares e a invocação da Cruzada

Deixando de lado o caráter literário e fantasioso da obra, onde as mouras encantadas se vislumbram por entre os bosques e os monstros marinhos emergem dos oceanos, atentemos nas referências às Ordens Militares e ao



espírito de Cruzada presentes na *Monarchia Lusytana*.

A ideologia de Cruzada enquanto “guerra santa”, guerra dirigida contra os inimigos da fé de Cristo e com o intuito de libertação dos Lugares Santos, surge no final do século XI, no seguimento do apelo do papa Urbano II, em Clermont (1095). Anterior ao surgimento das Ordens Militares, rapidamente o movimento das Cruzadas se associou a essas milícias (COSTA, LENCART, 2023; SALLES; GREIF; FERNANDES, 2022). Primeiro, com a Ordem do Hospital a prestar assistência e auxílio aos peregrinos à Terra Santa e logo a seguir com a Ordem do Templo, a protegê-los no seu percurso. Da Terra Santa, estas instituições alastraram à Europa ocidental, logo no início do século XII. Na Península Ibérica, como veremos, tornou-se estreita a ligação entre Reconquista, Cruzada e Ordens Militares.

De forma a termos uma percepção de conjunto das referências a estas instituições religioso-militares na obra *Monarchia Lusytana*, elaboramos uma tabela que permite visualizar a distribuição dessas referências desde a terceira parte até à oitava. Na *Monarchia Lusytana*, nem a primeira nem a segunda partes, em virtude das suas balizas cronológicas (desde a criação do mundo até 1096), têm qualquer referência às Ordens Militares.

Tabela 4 - Referências às Ordens Militares e à Cruzada na *Monarchia Lusytana*: Partes III-VIII

	PARTE III	PARTE IV	PARTE V	PARTE VI	PARTE VII	PARTE VIII	TOTAL
Ordem de Santiago	1	35	66	16	2	1	121
Ordem do Templo	8	42	44	24	2	0	120
Ordem de Avis	7	27	26	17	3	12	92
Ordem do Hospital/ de Malta	3	22	38	16	1	1	81
Ordem de Cristo	1	0	9	66	2	1	79
Ordem de Calatrava	3	3	4	10	0	0	17
Ordem de Alcântara	4 ⁷	0	13 ⁸	2	0	0	19
Ordem Stº Sepulcro	0	0	5	0	0	0	5



	PARTE III	PARTE IV	PARTE V	PARTE VI	PARTE VII	PARTE VIII	TOTAL
Ordem de Montesa	0	0	2	1	0	0	3
Ordem Teutónica	0	0	3	0	0	0	3
Ordem da Ala/ Asa	1	0	1	0	0	0	2
CRUZADA	4	9	3	0	0	0	16

Fonte: *Monarchia Lusytana*, ed. 1973-1988.

Pela análise da tabela, constatamos que há referências a 12 Ordens de caráter religioso-militar. A Ordem do Hospital e a Ordem de Malta foram contabilizadas em conjunto por serem a mesma, apenas com alteração da designação. O mesmo se aplica à Ordem de Alcântara, inicialmente designada Ordem de S. Julião do Pereiro. Por outro lado, a Ordem do Templo e a Ordem de Cristo foram contabilizadas em separado pois, não obstante esta ser herdeira patrimonial da primeira, houve um processo canónico que ditou a supressão dos Templários, em 1312, e outro que formalizou a instituição da Ordem de Cristo (1319).

Na obra historiográfica aqui em análise – *Monarchia Lusytana* – contabilizamos mais de cinco centenas de referências às milícias, numa cronologia entre o início do século XII e o início do século XV. As Ordens Militares com mais referências são Santiago e os Templários. Porém, se juntarmos à Ordem do Templo a Ordem de Cristo, sua herdeira patrimonial, teremos duas centenas de referências. Com um número pouco representativo de referências estão as Ordens do Santo Sepulcro e a Teutónica, ambas com origem na Terra Santa e com uma presença residual no nosso território; a Ordem de Montesa, herdeira patrimonial dos Templários, foi criada em 1317 no reino de Aragão; e a Ordem da Ala, da Asa, ou S. Miguel da Ala, cuja existência é duvidosa, e que teria sido criada em Portugal por D. Afonso Henriques na sequência da tomada de Santarém (1147).

Por sua vez, as referências à Cruzada e aos cruzados em território português são também significativas (16), sobretudo tendo em conta que apenas se identificam nas terceira, quarta e quinta partes da obra, e numa cronologia mais recuada que corresponde à cronologia das Cruzadas: entre 1095 e 1272.

Na impossibilidade de analisar todas as referências às Ordens Militares nesta obra, teremos em conta determinados momentos e episódios da história de Portugal onde estas instituições tiveram um papel de destaque e, em particular,



associadas à ideologia da Cruzada. Assim, teremos em consideração:

- a. Implantação das Ordens Militares no nosso território;
- b. Conquistas de Lisboa, Silves e Alcácer;
- c. Ação de Paio Peres Correia na conquista do Algarve;
- d. Batalha do Salado.

a. Implantação das Ordens Militares no nosso território

Segundo Frei António Brandão, os Templários fixaram-se no nosso território em 1126, citando o foral de Ferreira que D. Gualdim Pais doara à dita vila (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 82r). Para tal, recorreu a uma cópia de um livro da *Leitura Nova* que estaria mal datada, sendo o foral, na realidade, de 1156 (*PMH. Leges*, vol. I, pp. 385-386). Não obstante, refere que a condessa D. Teresa doou Soure à Ordem do Templo pouco depois, o que aconteceu de facto em 1128 (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Vol. I, nº 79, p. 101). Na realidade, a presença Templária no Condado Portucalense poderá ainda recuar um par de anos (COSTA, 2019).

O mesmo autor coloca a entrada da Ordem do Hospital no nosso território após a chegada dos Templários (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 82v), o que também não é correto, pois hoje conhece-se a fixação dos Hospitalários em Leça do Balio desde 1112 (COSTA, 1996: 101). Em 1340, na sequência da Batalha do Salado, a sua sede foi transferida para o Crato. Internacionalmente, depois da queda de Acre (1291), a sede dos Hospitalários foi transferida para a ilha de Rodes e posteriormente para a ilha de Malta, adotando a instituição esta designação.

Quanto à Ordem de S. Julião do Pereiro, o autor coloca acertadamente a sua fundação no ano de 1156 (COELHO, 2016). Após a conquista da vila de Alcântara, em 1213, a Ordem adotou o nome deste lugar (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fls. 189r-190r).

Segundo Frei Francisco Brandão, a Ordem de Calatrava teve origem em 1158. Após a conquista do castelo de Calatrava, Sancho III de Castela doou a D. Raimundo, abade de Santa Maria de Fitero, da Ordem de Cister, e a toda a Ordem o castelo desse lugar, e que deu origem ao nome de Ordem de Calatrava (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fls. 193r-194r). Essa doação teve de facto lugar em janeiro de 1158 (*Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, p. 2).

Na *Monarchia Lusytana*, o autor data a fundação da Ordem de Avis de



1162, recorrendo para tal a uma escritura citada por Frei Bernardo de Brito (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 204r). Na realidade, a milícia de Évora, designação inicial, implantou-se no nosso território cerca de 1176, tendo adotado a denominação de Ordem (de S. Bento) de Avis depois de 1211, após a doação do lugar à milícia por D. Afonso II (CUNHA, 2006: 70).

Por fim, a Ordem de Santiago. Frei António Brandão afirma que a Ordem de Santiago teve o seu primeiro assento no mosteiro de Santos-o-Velho, ainda em tempo de D. Afonso Henriques, mudando-se para Alcácer por ocasião da conquista desta vila aos mouros por D. Afonso II (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 249r). A Ordem de Santiago faz a sua entrada em território português pouco depois da sua instituição em Cáceres em 1170. Em 1172, a Ordem recebe os castelos de Arruda e Monsanto. A conquista definitiva de Alcácer em 1217 ditou a fixação do convento nesta vila (SOUSA, 2016: 475-476). Mais tarde, o convento foi transferido para Palmela.

b. Conquistas de Lisboa (1147), Silves (1189) e Alcácer (1217)

Na Terceira Parte, liv. 10, cap. 25 – “Como el rey Dom Afonso foy pôr cerco a Lisboa, e o ajudou nelle huma armada de christãos da parte do norte” (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fls. 166v-168r) – temos a primeira referência ao auxílio dos Cruzados na conquista da cidade de Lisboa (1147). Como sabemos, Lisboa foi conquistada com o auxílio de um exército de cruzados oriundos do norte da Europa na sua deslocação para a Terra Santa, no contexto da segunda cruzada. A conquista de Lisboa aproximou a Reconquista ao ideal de Cruzada e ao conceito de guerra santa, na Península Ibérica (BRANCO, 2001: 25; COSTA, LENCART, 2023: 3). No texto da *Monarchia Lusytana* que se reporta a este episódio, o autor não faz, porém, qualquer referência a cavaleiros das Ordens Militares, destacando apenas a ação dos cruzados. O milagroso está, contudo, presente na narrativa, por exemplo, ao atribuir ao cavaleiro cruzado alemão Henrique, sepultado em São Vicente de Fora, a cura de dois surdos-mudos (*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 177v). Mais à frente, o autor invoca S. Bernardo enquanto auxiliador na tomada de Lisboa (cap. 31-*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 166v-168r). Segundo Frei António Brandão, S. Bernardo ao promover a divulgação da Cruzada, em território europeu, concorreu para a vitória dos cristãos em Lisboa. Lembremos que S. Bernardo foi o fundador dos Cistercienses, Ordem a que pertencia o mosteiro de Alcobaça, onde professava o autor Frei António Brandão.



Os Templários são referidos na conquista de Santarém, que ocorreu apenas uns meses antes da de Lisboa, em março de 1147. No capítulo intitulado “De alguns cavaleiros que acompanharão a el rey na jornada de Santarem, como forão a ella os Templarios, e das merces que el rey lhes fez” (Terceira Parte, liv. 10, cap. 24-*Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, ed. 1973, fl. 165r), logo no início começa por atribuir à tomada de Santarém um carácter milagroso; menciona depois a promessa de D. Afonso Henriques de dar à Ordem do Templo todas as igrejas e o eclesiástico de Santarém pelo apoio recebido na conquista da cidade⁵. Parece plausível podermos afirmar a presença das Ordens Militares na conquista da cidade de Lisboa, importante bastião do reino almorávida, e tendo em conta que era já a segunda tentativa de conquista da cidade por D. Afonso Henriques.

A conquista de Silves teve lugar em 1189. Tal como Lisboa, a tomada desta vila algarvia insere-se em contexto de deslocação de cruzados para a Terra Santa, neste caso no âmbito da terceira Cruzada (MARTINS, 2007: 659; COSTA, LENCART, 2023: 3). Segundo Frei António Brandão, a providência divina – uma vez mais o sobrenatural – encaminhara os cruzados do Norte para o porto de Lisboa, para assim auxiliarem D. Sancho I a empreender a conquista do Algarve (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fl. 11r). O rei português apressara-se a

entrarem em contacto com os seus chefes [*dos cruzados*] convencendo-os de que o combate aos ‘inimigos da Cruz de Cristo’ tanto se podia empreender ‘em Espanha como em Syria; pois pera com Deos não alcançarião menor premio os que se ocupassem nesta sagrada guerra, que aquelles que fazendo mais comprido caminho se fossem empregar nas conquistas do Levante (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fl. 11).

Trata-se aqui do apelo à Cruzada, enquanto guerra santa daquele que oferece a sua vida em nome de Cristo.

Mais à frente, importa atentar nas declarações do autor: “não reparando muito em o que dizem as chronicas, venhamos a escrituras autenticas, fonte limpa, donde se colhem estas verdades”. Ou seja, Frei António Brandão tinha consciência que as crónicas nem sempre relatavam a verdade dos factos, a qual só se alcançava com escrituras autênticas, que o autor procurava nos cartórios de diversos mosteiros. A ação dos cruzados foi, de facto, crucial para que o rei



português conquistasse a cidade, mas Frei António não refere as pilhagens a que se lançaram esses mesmos cruzados após o longo cerco. Dois anos depois, porém, a vila foi novamente tomada pelos muçulmanos até à reconquista definitiva por D. Paio Peres Correia, mestre Santiaguista, em 1242, no reinado de D. Afonso III, como veremos mais à frente.

Também a conquista da vila de Alcácer teve o auxílio dos cruzados que em 1217, no âmbito da quinta Cruzada, se dirigiam para a Terra Santa. Uma vez mais, o autor da *Monarchia Lusytana* recorre aos “sinaes do Ceo e favor manifesto com que Deos ajudava as armas dos fieis” (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fl. 88v) para justificar a conquista desta vila. Contudo, verificamos que contesta os escritores antigos que chamavam “Matheus” ao então bispo de Lisboa, afirmando que “não acho memoria de tal bispo de Lisboa antes todos concordão que o bispo que então governava esta igreja se chamava D. Sueiro” (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fl. 89r), apresentando seguidamente as provas para tal afirmação, que é de facto a correta. Sabemos que a queda de Alcácer ocorreu após um longo cerco da iniciativa do bispo de Lisboa D. Soeiro Viegas e com a participação das Ordens do Templo, Hospital e Santiago (MARTINS, 2007: 607; COSTA, LENCART, 2023: 4). Recentemente, em 2019, Jonathan Wilson escreveu um texto sobre este bispo, intitulado-o o primeiro cruzado português (WILSON, 2019: 209-236). No final da batalha, a vila foi entregue aos “cavaleiros de Santiago, que nesta guerra acompanharão a seu comendador mayor Dom Martim Barregão” (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fl. 93r) depois eleito Mestre.

c. Ação de Paio Peres Correia na conquista do Algarve

D. Paio Peres Correia, enquanto comendador-mor da Ordem de Santiago, destacou-se na tomada de várias praças ao lado de D. Sancho II. Em 1242 fora eleito Mestre da Ordem de Santiago em toda a Hispânia e, enquanto tal, desempenhou um papel significativo na conquista do Algarve, ao lado de D. Afonso III.

A ação deste Mestre está também relacionada com os chamados mártires de Tavira, seis cavaleiros santiaguistas e um mercador cristão, episódio registado na crónica da conquista do Algarve (*Crónica*, ed. 2013). Esta crónica relata a tomada das vilas de Cacela, Castro Marim, Tavira e Faro destacando a figura do Mestre D. Paio Peres Correia e a gesta dos seis freires cavaleiros santiaguistas e do mercador Garcia Rodrigues, martirizados pelos mouros. Segundo o



relatado por Frei António Brandão, o comendador D. Pedro Rodrigues e cinco companheiros saíram a caçar, aproveitando um momento de pazes entre mouros e cristãos. Por sua vez, o Mestre D. Paio Peres Correia, desconfiado da “pouca fé dos mouros”, tentou impedi-los, mas sem êxito. Entretanto atacados pelos mouros, os cavaleiros enviaram um escudeiro a alertar o Mestre. Passando nas proximidades, o mercador Garcia Rodrigues decidiu auxiliar os ditos cavaleiros cercados pelos muçulmanos. Porém, quando chega o Mestre encontrou-os já mortos. Querendo vingar os seus companheiros, o Mestre decide investir contra Tavira, tomando a vila aos mouros (*Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, ed. 1974, fls. 145v-146r). Na igreja de Santa Maria dos Mártires, em Tavira, prestava-se culto aos sete Cavaleiros de Tavira, em memória dos espatários e do mercador que aí morreram, em 1242 (PICOITO, 2010: 88; LENCART, 2021: 218-219).

d. Batalha do Salado

A batalha do Salado teve lugar junto à ribeira do mesmo nome, nas imediações de Cádiz, a 30 de outubro de 1340. O exército cristão de Afonso XI de Castela e D. Afonso IV de Portugal defrontaram os exércitos de dois chefes muçulmanos, muito superiores em número. Integravam as hostes cristãs membros das Ordens Militares, nomeadamente o prior do Crato, da Ordem do Hospital, os mestres de Avis, Santiago e de Cristo, acompanhados de inúmeros freires cavaleiros (MARTINS, 2007: 236).

Segundo Frei Rafael de Jesus, D. Afonso IV ordenara ao prior do Crato D. Álvaro Gonçalves Pereira que trouxesse do Marmelar a relíquia da Vera Cruz, com a qual os cristãos alcançaram uma “milagrosa victoria” (*Monarquia Lusitana. Parte Sétima*, ed. 1985, pp. 475-479). No entanto, é interessante verificar que num relato coevo sobre a vitória dos cristãos nesta batalha - *In Sancta et admirabili Victoria Cristianorum* - não há qualquer referência à relíquia da Vera Cruz, que surge apenas na narrativa do cronista-refundidor do *Livro de Linhagens*, de cerca de 1380 (RAMOS, 2019: 53-54; COSTA, 2021). Esta associação posterior – da relíquia da Vera Cruz à batalha do Salado – está intimamente ligada com a imagem de poder recriada em torno da família Pereira e da legitimidade e prestígio da Ordem do Hospital e da sua ligação à Coroa (NASCIMENTO, 2022: 225-228). Este relato, ou memória - *In Sancta et admirabili Victoria Cristianorum* - narra apenas que o rei de Portugal, D. Afonso IV, no dia em que começou a lutar, a 30 de outubro, ao lado dos outros reis cristãos, “tinha diante de si a imagem da cruz” (trad. de RAMOS, 2019: 98) e que o estandarte do rei era



levado pelo cavaleiro Gonçalo Gomes de Azevedo, sobrinho bisneto de D. Paio Peres Correia (trad. de RAMOS, 2019: 98), mestre da Ordem de Santiago que se destacara na conquista do Algarve. Os caídos em combate foram considerados mártires, porque foram mortos em contexto de guerra santa. Quase cem anos após o fim da Reconquista em território português, as Ordens Militares retomavam a função para a qual foram criadas: a luta contra o infiel (MARTINS, 2007: 236).

Após esta breve análise de certos momentos e episódios relacionados com as Ordens Militares e o ideal da Cruzada na história de Portugal que podemos então concluir?

Considerações finais

Analisando as afirmações registadas na *Monarchia Lusytana* e contrapondo com a historiografia recente, decorrente de investigação atualizada em permanência, concluímos que os autores da referida obra fizeram um esforço imenso para fornecer uma história “verdadeira” à luz das fontes e informações que dispunham à época. A sua formação enquanto monges de Alcobça, convento de matriz Cisterciense, condicionou muitas das suas afirmações, carregadas, por vezes, de suposições a que o maravilhoso e o milagre não estão isentos. Não obstante, representou, à época em que foi redigida, uma obra magistral da historiografia portuguesa, que fez escola e que ainda hoje é fonte de investigação histórica.

A *Monarchia Lusytana* afirma-se, assim, como a primeira história de Portugal, saída quase exclusivamente do *scriptorium* de Alcobça. Pretende criar um distanciamento relativamente às crónicas régias, laudatórias e limitadas a um ou mais reinados, e inaugurar um novo registo historiográfico, apoiado em fontes históricas, de cartórios e arquivos, de carácter isento e aprofundado. De facto, apesar de ter sido redigido ao longo de 150 anos, o seu âmbito cronológico abarca sobretudo a primeira dinastia, terminando no início do reinado de D. João I.

Redigida entre finais do século XVI e inícios do século XVIII, é sobretudo conhecida pelo trabalho de Frei Bernardo de Brito, autor da primeira e segunda partes, com um carácter vincadamente teológico e lendário, desde a criação do mundo até à constituição do Condado Portucalense. Os autores que lhe seguiram (António Brandão, Francisco Brandão, Rafael de Jesus e Manuel dos Santos) imprimiram, por sua vez, um carácter mais científico à obra ao afirmarem que



não há história sem documentos. Não obstante, o milagroso e o sobrenatural continuaram a marcar os seus relatos.

Convém referir que as Ordens Militares, entre os séculos XVII e XVIII, foram alvo de um certo desprestígio social, em virtude de estarem associadas à venalidade de cargos e à compra de hábitos e comendas, em estreita associação ao poder régio que procurava os seus membros para agraciar serviços e arranjar meios de financiamento da Coroa⁶. Ainda assim, as Ordens Militares marcam uma presença significativa ao longo de praticamente toda a obra, desde a terceira até à oitava partes. São mais de cinco centenas de referências a 13 destas milícias: Ordem do Hospital/ Ordem de Malta; Ordem do Templo; Ordem de Avis; Ordem de Santiago; Ordem de Cristo; Ordem de Calatrava; Ordem de Alcântara; Ordem de S. Julião do Pereiro; Ordem do Santo Sepulcro; Ordem da Montesa; Ordem Teutónica; e Ordem de S. Miguel da Ala. As referências às Cruzadas e aos cruzados são também representativas ao longo da obra. Sem dúvida, que o espírito de Cruzada associado à atuação das Ordens Militares assumiu grande impacto no discurso dos autores da *Monarchia Lusytana* nos primeiros séculos da nossa história.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). *Manuscritos da Livraria*, nº 1112.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). *Arquivo Histórico*, DLEC/14/Cx. 05-01

AYALA MARTINEZ, Carlos de. La Orden del Císter y las órdenes militares. In CARREIRAS, José Albuquerque e VAIRO, Giulia Rossi (eds.). *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos da transição*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, p. 45-85.

BARREIRA, Catarina Fernandes. Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de 'huma livraria copiosa'. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 17, p. 33-62, 2017. Disponível em https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_2. Acesso em 04.08.2023.

Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica. Tomo 1, ed. de MACHADO, Diogo Barbosa. Lisboa: Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.



Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica. Tomo 2, ed. de MACHADO, Diogo Barbosa. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.

Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica. Tomo 3, ed. de MACHADO, Diogo Barbosa. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752.

BRANCO, Maria João V. Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. In NASCIMENTO, Aires A. (edição, tradução e notas). *A Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um Cruzado*. Lisboa: Veja, 2001, p. 9-51.

Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava. ORTEGA Y COTES, Ignacio Jose; ALVAREZ DE BAQUEDANO, Juan Francisco; ORTEGA ZUÑIGA Y ARANDA, Pedro de (eds.). Madrid: Typographia de Antonio Marin, 1761.

COELHO, Aires Cruz. *A ordem militar de cavalaria de São Julião do Pereiro ou Alcântara, nasceu na aldeia do Colmeal em 1156*. [S.l.], 2016.

COSTA, Paula Pinto. A Ordem do Hospital em Portugal no primeiro século da nacionalidade. In *2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 5 (*Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*). Guimarães, 1996, p. 99-107.

COSTA, Paula Pinto. Retóricas em torno da Relíquia de Vera Cruz de Marmelar: do poder devocional à apropriação sociopolítica. *Via Spiritus*, nº 28, p. 55-69, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi28a2>. Acesso em 04.08.2023.

COSTA, Paula Pinto. *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. Manuscrito, 2019.

COSTA, Paula Pinto; LENCART, Joana. Crusade: The Arising of a Concept Based on Portuguese Written Records of Three Military Campaigns (1147–1217). *Religions* 14: 244. <https://doi.org/10.3390/rel14020244>. Acesso em 04.08.2023.

Crónica de como D. Paio Correia, mestre de Santiago de Castela tomou este reino do Algarve aos mouros. Transcrição de PINTO, Óscar Caeiro. Tavira: Arquivo Municipal, 2013.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e. A mobilidade interna na Ordem de Avis (séc. XII-XIV). *Revista da Faculdade de Letras: História*, III série, vol. 7, p. 69-77, 2006.

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses. Vol. 1, coord. LISBOA, Eugénio. Org. Instituto Português do Livro e da Leitura. Publicações Europa-América, 1991.



Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol. I, Tomo I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.

GOMES, Saul António. A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento. *Lusitania Sacra*, 2^a S. vol. 18, p. 375-431, 2006.

LENCART, Joana. A guerra como condição de santidade: freires e mártires venerados entre as Ordens Militares (séculos XII-XVI). *Via Spiritus*, n^o 28, p. 193-231, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi28a8>. Acesso em 04.08.2023.

MARQUES, José. O Mosteiro de Alcobaça e a Monarquia. *Bracara Augusta*, vol. 54, n^o 109, p. 277-313, 2006.

MARTINS, Miguel Gomes. *Para Bellum. Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras, 2007.

Monarquia Lusitana. Parte Oitava. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Monarquia Lusitana. Parte Primeira. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de ANDRADE, A.A. Banha de; ALVES M. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Monarquia Lusitana. Parte Quarta. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de FARINHA, A. Dias; SANTOS, Eduardo dos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

Monarquia Lusitana. Parte Quinta. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de FARINHA, A. Dias; SANTOS, Eduardo dos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

Monarquia Lusitana. Parte Segunda. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de ANDRADE, A.A. Banha de; ALVES M. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

Monarquia Lusitana. Parte Sétima. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de ANDRADE, A.A. Banha de; ALVES M. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.



Monarquia Lusitana. Parte Sexta. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de ANDRADE, A.A. Banha de; FARINHA, A. Dias; ALVES M. dos Santos; SANTOS, E. dos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

Monarquia Lusitana. Parte Terceira. Introdução de REGO, A. da Silva. Notas de FARINHA, A. Dias; SANTOS, Eduardo dos. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

NASCIMENTO, Aires A. Em busca dos códices alcobacenses perdidos. *Didaskalia*, n° 9 (2), p. 279-288, 1979. Disponível em <https://doi.org/10.34632/didaskalia.1979.784>. Acesso em 04.08.2023.

NASCIMENTO, Aires A. *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa.* Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2012.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português,* DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. Narrativas do Santo Lenho e a Comenda de Marmelar: hagiografia e história. In SALLES, Bruno Tadeu; GREIF, Esteban; FERNANDES, Fabiano (coords.). *As cruzadas e as ordens militares: entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Séculos XII-XVIII)* [recurso eletrônico]. Palmas, TO: Editora EdUFT, p. 223-242, 2022.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno : honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789).* Lisboa: Estar, 2001.

PICOITO, Pedro. As Ordens Militares e o culto dos mártires em Portugal. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Ordens militares e religiosidade: homenagem ao professor José Mattoso.* Palmela: Câmara Municipal, p. 73-90, 2010.

PMH. Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Leges et consuetudines, Lisboa: Tipografia Academia das Ciências, 1856.

RAMOS, Manuel. *Memória de Victoria Christianorum (Salado – 1340). Ed. crítica, tradução e estudo do manuscrito Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354(346)r-363(355)r].* Braga: Ed. autor, 2019.

REGO, A. da Silva. Introdução. In *Monarquia Lusitana. Parte Primeira.* Introdução de A. da Silva Rego. Notas de A.A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. XI-XXX, 1973a.



REGO, A. da Silva. Introdução. In *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. XI-XV, 1980.

REGO, A. da Silva. Introdução. In *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. XI-XXXII, 1973b.

REGO, A. da Silva. Introdução. In *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. XI-XX, 1974.

REGO, A. da Silva. Introdução”. In *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. XI-XXI, 1976.

SALLES, Bruno Tadeu; GREIF, Esteban; FERNANDES, Fabiano. *As cruzadas e as ordens militares: entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Séculos XII-XVIII)* [recurso eletrônico]. Palmas, TO: Editora EdUFT, 2022.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (ed.). *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

Summario da Bibliotheca Lusitana. Tomo I. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1786.

TAVARES, José Pereira. *Historiografia alcobacense: excertos da Monarquia Lusitana e da Crónica de Cister*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1940.

WILSON, Jonathan. Soeiro (II) Viegas, Bishop of Lisbon and the ‘First Portuguese Crusade’. In BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Isabel Cristina (eds.). *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer – 1147-1217. Definição e Dinâmicas de um Território de Fronteira*. Lisboa: Colibri, p. 209-236, 2019.

Notas

¹Universidade do Porto.

²BNP, *Arquivo Histórico*, DLEC/14/Cx. 05-01.

³ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 1112, fls. 482r-482v.

⁴Nas escrituras medievais, o X aspado (X^l) tinha o valor de 40.

⁵Que aconteceu, de facto, nesse ano de 1147 e que deu depois origem a uma disputa entre a Ordem do Templo e o bispo de Lisboa, acabando por se resolver em 1159 quando D. Afonso Henriques doa a Ordem do Templo o castelo e terra de Ceras (Tomar), em compensação do eclesiástico de Santarém.

⁶Fernanda Olival desenvolveu uma importante investigação histórica sobre as relações entre o Estado e as Ordens Militares entre os séculos XVII e XVIII, sobretudo no que diz



respeito à venalidade dos cargos e compra de mercês (OLIVAL, 2001).

⁷Inclui as referências à Ordem de S. Julião do Pereiro.

⁸Inclui as referências à Ordem de S. Julião do Pereiro.

Joana Lencart
A representação da Cruzada e das Ordens Militares
na produção historiográfica Alcobacense do século XVII

Artigo